

# Delegação de atos no Poder Judiciário democrático

Vállisney de Souza Oliveira\*

Alguns dizem que os juízes não foram escolhidos pelo povo, por isso não podem ter a mesma legitimidade dos integrantes dos demais Poderes, estes escolhidos pelo voto popular. Ocorre que o juiz, escolhido por concurso público ou por outro modo previsto na Constituição, exerce um papel fundamental no Estado, sendo sua missão julgar conflitos e realizar direitos.

Como agente público, além de decidir questões relacionadas a pessoas e a seus bens, o juiz pratica no processo, civil, penal, militar, eleitoral ou trabalhista, atos inerentes à atividade jurisdicional, ou seja, atos necessários para processar e julgar a causa sob sua apreciação.

Entre esses provimentos judiciais sempre foram os atos de trabalho da doutrina processual na diferença entre dois atos típicos do magistrado: os despachos e as decisões interlocutórias.

Para uma corrente, tradicional e minoritária, por meio de despacho o juiz decide, como se consagrou o denominado despacho saneador, em que o juiz decide saneando o processo.

Porém, a técnica jurídica abominou a tradição forense do direito português, que nos foi herdada, de que por despacho o juiz profere decisão interlocutória. O próprio Código de Processo Civil definiu que os despachos, por serem de mero expediente, não têm como objetivo a decisão, mas a mera ordenação e a sequência dos provimentos judiciais.

Nesses termos, se o ato processual tiver potencialidade para causar gravame a qualquer uma das partes, não se trata mais de despacho, porém de decisão. Ou seja: não haverá mero ato ordinatório, mas ato essencialmente decisório.

Em suma, a técnica judicial exige a precisa caracterização do despacho: não decidindo coisa alguma, apenas dá movimento ao processo.

A questão doutrinária fica mais atual com a possibilidade de os atos meramente ordinatórios deixarem de depender de despacho do juiz e de poderem ser praticados pelo servidor do Judiciário. Desse modo, os provimentos de mera evolução e de ordenação podem ser proferidos tanto pelo juiz quanto pelo funcionário da respectiva Vara.

Em 1994, a Lei 8.952 introduziu o § 4º ao art. 162 do CPC, que tem a seguinte redação: “Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”.

Dez anos depois, idêntico dispositivo foi inserido na Constituição da República, como a Emenda 45/2004, e está assim redigido: “Os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório” (art. 93, XIV).

A delegação de atos típicos do juiz para os auxiliares da Justiça não abrange as decisões, como se extrai do texto constitucional, porque estas permanecem vinculadas a atos do juiz, exclusivamente.

A atuação mais extensa e intensa de assessores e de auxiliares na prática de atos de administração judiciária e de ordenamento processual não impede o controle judicial pelo próprio magistrado, que fiscaliza, de ofício ou a requerimento, se os funcionários fazem o trabalho judicial dentro dos devidos parâmetros processuais.

Os atos meramente ordinatórios, que normalmente o juiz pratica por meio de despachos, não possuem a potencialidade de causar prejuízo a qualquer das partes, razão por que podem ser delegados sem qualquer risco de irreversibilidade ou de reparação de danos, salvo em casos excepcionais.

Situação diferente seria se fossem delegadas decisões incidentais, sentenças e acórdãos, embora no meio forense todos saibam que muitas minutas ou projetos de atos decisórios são feitos por assessores geralmente bem qualificados, sob o controle, orientação e responsabilidade do juiz de primeiro grau, do desembargador ou do ministro dos tribunais.

\* Juiz Federal em Brasília. Mestre e Doutor em Direito (PUC/SP). Professor das Faculdades de Direito da UFAM e da UnB. Autor das obras (Editora Saraiva): Embargos à execução fiscal; Audiência, instrução e julgamento; Nulidade da sentença e o princípio da congruência. Constituição e Processo Civil (coordenador e co-autor).

Aosáíremdanormalfeituraeassinatura do juiz, ou melhor, aosedescentralizarem, ossingelos atos de expediente facilitam a celeridade do processo, por poderem ser praticados e assinados pelos servidores judiciário, sem necessidade de passar previamente pelo crivo judicial.

O magistrado que pretender elaborar, sem auxílio algum, todas as suas decisões e todas as suas sentenças cumulativamente com a prática de atos rotineiros (vista à parte, remessados autos à contadoria e ordem de intimação etc.) tem tudo para atrasar o andamento forense normal e causar reclamação geral dos jurisdicionados de que os processos não andam, dado o excessivo labor judicial.

Alguns apontam o risco de se deixar nas mãos da Secretaria Judiciária toda uma atividade de andamento ao processo. Esse eventual perigo pode ser evitado ou minimizado com a delegação de funções para servidores qualificados, pelo acompanhamento ou controle a posteriori permanente e pela fiscalização criteriosa do juiz de correção das atuações da atividade dos servidores.

Dir-se-ia que o dispositivo constitucional que confere a possibilidade de delegação de despachos de mero expediente atende ao princípio da celeridade processual em detrimento do princípio da segurança jurídica o que seria sempre arriscado.

Contudo, não há prejuízo à segurança jurídica, pois imediatamente o magistrado continuará coordenando a atividade cartorária: receberá reclamações das partes; fará inspeções; chamará para si o poder de impulsionar o processo ao perceber alguma contenciosidade irregular, uma vez que quem delega pode avocar um ato tipicamente seu; arrolará atos passíveis ou não de delegação, mediante portaria ou recomendação aos auxiliares do juízo.

Atualmente os serviços judiciários recebem da informática imprescindível auxílio. São os processos virtuais, sem papel ou com o mínimo de papel. Nesse ambiente de trabalho judicial o controle do juiz setorial ainda mais fácil, por que o seu computador pode averiguar todas as fases procedimentais e saber quais atos praticados, quem os praticou e qual o seu conteúdo.

Dir-se-ia que a democratização dos atos ordinatórios acarreta a perda de controle do juiz no trabalho

dos funcionários. De fato, não se quer quando consultado previamente ou quando já são editadas portarias ou modelos do que deve ou do que não deve ser feito pelo servidor, a priori, o juiz não tem como controlar sempre todo ato praticado pelo funcionário até a sua publicidade e automático conhecimento pelas partes e advogados. Mas, mesmo não tendo em todos os casos o controle prévio da elaboração do ato, a própria lei previu um mecanismo de revisão judicial previsto no art. 162, 4º, do CPC, ou seja, revisão a pedido do interessado ou revisão oficial do juiz diretor do processo.

A democracia na prática de atos de mero expediente retirado da atividade burocrático-cartorária e de agente direto do impulso processual, não é menos importante, mas que pode ser delegada para a perfeição do serviço forense, sem afastá-lo do controle e da fiscalização sobre esses mesmos atos.

Uma das vantagens da delegação é a possibilidade de o magistrado poder preocupar-se com audiências, receber advogados, reunir-se com servidores, tratar com representantes de outras instituições os problemas organizacionais ou judiciais e, ainda, ter tempo para resolver casos complexos, que geralmente ficam para trás pela preferência natural dada aos assuntos mais fáceis, que já possuem precedentes doutrinários e jurisprudenciais.

Também contribui para a rapidez no procedimento judicial, obriga a Secretaria Judiciária a funcionar com mais eficiência e presteza, e concede ao magistrado mais tempo para praticar atos que necessitam de sua intervenção mais imediata (audiências de instrução e julgamento, liminares e antecipatórias de tutela, sentenças complexas).

Com a delegação dos atos ordinatórios, ganha o juiz, que, com mais tempo, pode dar mais atenção a um maior número de sentenças e melhorar a administração da Vara ou do seu Gabinete. Ganha o servidor cartorário, que terá mais liberdade e mais responsabilidade nos seus expedientes sem precisar da intervenção do juiz. Ganha o jurisdicionado, que vivenciará uma maior dinâmica na secretaria judiciária, um melhor acesso à justiça pela facilidade da comunicação com os servidores judiciais e, ainda, poderá obter uma sentença, em tese, mais rápida e bem mais cuidadosa por parte do seu prolator.

Trata-se de uma necessidade em face do gasto excessivo do tempo na prática dos atos judiciais e a

contemporaneidade exigida magistrado o compartilhamento e a divisão de tarefas, tudo em prol do aprimoramento da atividade judicial.

É preciso reiterar, por fim, que são delegadas funções procedimentais, nunca poderes, ficando garantida, assim, a prestação jurisdicional. São delegadas atividades cartorárias, formais e processuais, jamais as decisões de mérito ou de questões a elas relacionadas.

A descentralização na prática de atos meramente ordinatórios oferece ao Judiciário a oportunidade de ser menos formalista e mais distribuidor de justiça, menos arcaico e mais moderno, menos isolado e mais participativo, deixando de ser simples aplicador da lei para transformar-se em agente ativo de produção e de declaração de direitos. A delegação incentiva os auxiliares judiciais a redobrar a atenção e sentirem mais responsabilidade nas atividades forenses e oferta ao juiz mais tempo na missão de julgar. Aos jurisdicionados também essa democratização é profícua, porque verá um Judiciário mais dinâmico e eficiente.